



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

EDITAL nº 02/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 01/2025

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Educação	
Origem: Processo Administrativo nº 29.317/2025	
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item	Modo de disputa: Aberto
Data da sessão: 05/02/2025	Horário: 08:30

O **Prefeito Municipal de Imigrante**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade Pregão, na forma **eletrônica**, do tipo **menor preço por item**, conforme descrito nesse edital e seus anexos, nos termos da **Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto Municipal nº 2.130/2023** e **Lei Complementar nº 123/2006**.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, no dia **05/02/2025**, às **08h30min**, podendo as propostas ser enviadas até às 8h29min, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar para alunos do Município de Imigrante, para o ano letivo de 2025, conforme itens, descrições e condições de entrega detalhadas no Termo de Referência (Anexo II):

1.2. A prestação de serviços deverá ser realizada nos locais, prazos e condições indicados no Termo de Referência.

1.3. O valor total da contratação está estimado em **R\$ 519.551,67 (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos)**, conforme planilha do Termo de Referência.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.3.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, bem como através da declaração anexa do edital, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, quando for o caso.

3.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- 3.2.3** Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.2.4** Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.2.5** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 3.3** Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitadas pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 1 (um) dia útil.

4. PROPOSTA

- 4.1.** O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- 4.2.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a indicação completa do produto e/ou serviço ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.
- 4.3.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, **juntamente com a proposta**, observado o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 5.1.1** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.1.2** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 5.1.3** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 5.2.1** Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.2.2** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 5.2.3** Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 5.2.4** Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);
- 5.2.5** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei (Certidão de Situação Fiscal – CND Estadual);
- 5.2.6** Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei (CND Municipal);
- 5.2.7** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF - Certidão de Regularidade do Empregador - FGTS);
- 5.2.8** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- 5.2.9** Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- 5.2.10** Declaração consolidada – Anexo IV.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.4.1 Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de que a empresa licitante prestou serviços, em quantidade, qualidade e prazo equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação.

5.4.2 Declaração de disponibilidade do(s) veículo(s), informando ainda a placa e a capacidade de passageiros, a qual deve ser compatível ao Itinerário/Trajeto.

5.4.3 Cópia do documento CRLV do(s) veículo(s), sendo aceito a idade máxima de 15 anos de fabricação.

5.4.4 Certificado de Cronotacógrafo, emitido pelo Inmetro, vigente.

5.4.5 Laudo de vistoria Técnica do Veículo -Inspeção Veicular – Transporte Escolar, de acordo com o art. 136 do CTB, emitido pelo DTRAN/CRVA, vigente.

5.4.6 Relação do(s) motorista(s) que realizará(ão) os serviços, acompanhada dos seguintes documentos referentes a cada um dos condutores:

5.4.6.1 Cópia da CNH compatível.

5.4.6.2 Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal, relativo aos crimes de Homicídio, Roubo, Estupro e Corrupção de Menores.

5.4.6.3 Certificado do curso de Condutores de Veículos Escolares, Vigente.

a) Para as empresas cadastradas no Sistema de Registro Cadastral Unificado do **PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas**, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

b) A substituição referida no item "a" somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

c) Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

d) Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

e) Os documentos de habilitação deverão ser cadastrados juntamente com a proposta.

6. VEDAÇÕES

6.1. Não poderão disputar licitação ou participar da execução da ata de registro de preços e/ou contrato, direta ou indiretamente;

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante em situação que possa configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência da ata de registro de preços e/ou contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços e/ou contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;
- d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.8. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

- a)** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- b)** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- c)** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 0,10 (dez centavos)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.
- d)** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
- e)** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.9. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

9.2. A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

9.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.

9.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até **5% (cinco por cento)** à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea "a" deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

e) Sorteio.

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.4 O disposto no item 10 não se aplica quando a licitação for exclusiva para ME/EPP.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de propostas, o pregoeiro passará para a verificação da documentação de habilitação do licitante que tiver apresentado a melhor proposta.

12.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.2. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.3. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.4. O beneficiário da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que declarado vencedor, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital. Nessa hipótese, classificada a proposta, será concedido o prazo previsto no item 12.1 para o envio da documentação de habilitação.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

13.1.1. A intenção de recorrer no sistema, ocorrerá em dois momentos distintos, uma logo após a declaração de arrematantes no processo e a outra, após o término da fase de habilitação, não podendo o prazo ser inferior a 10 (dez) minutos, conforme previsão do Art. 165, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preço e/ou contrato, preferencialmente de forma digital, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços e/ou contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3. deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a ata de registro de preços e/ou contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços e/ou contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O termo inicial do contrato será o de sua assinatura, ou conforme data prevista no Termo de Referência, podendo ser prorrogado nos termos da Lei, se a opção se mostrar vantajosa para a Administração.

16.2. Será admitida a repactuação, forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

17. DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 O pagamento será efetuado no prazo definido no respectivo Termo de Referência, e mediante apresentação da Nota Fiscal e documentação complementar exigida, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

Órgão.....: **4 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
Unidade.....: **1 – MANUTENÇÃO DESENVOLVIMENTO ENSINO**
12.361.0019.2016 - MAN.E EXP. DO TRASPORTE ESCOLAR (FUNDAMENTAL)
3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Órgão.....: **4 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
Unidade.....: **3 – GASTOS EDUCAÇÃO ACIMA 25%**
12.361.0019.2078 – MANUTENÇÃO E DES. TRANSPORTE ESCOLAR (FUNDAMENTAL) REC. PNATE
3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Órgão.....: **4 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
Unidade.....: **3 – GASTOS EDUCAÇÃO ACIMA 25%**
12.361.0019.2018 – MANUTENÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Órgão.....: **4 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
Unidade.....: **3 – GASTOS EDUCAÇÃO ACIMA 25%**
12.362.0021.2020 – MANUT. E DES. TRANS. ESC. (ENS. MÉDIO)
3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Órgão.....: **4 – SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
Unidade.....: **3 – GASTOS EDUCAÇÃO ACIMA 25%**
12.362.0021.2086 – MANUT. E DES. TRANS. ESC. (ENS. MÉDIO) REC. T.E.E.
3.3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

18. PRAZOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

18.1. O prazo e o local de entrega dos produtos e/ou execução dos serviços deverá obedecer ao estipulado no Termo de Referência, a contar da emissão da Nota de Empenho.

18.2. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo estipulado pelo fiscal da ata/contrato, conforme a complexidade, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.3. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

18.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto ao seu objeto.

18.5. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da Ata/contrato, e número do Convênio, quando for o caso, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

18.6. O pagamento será efetuado no prazo estipulado no Termo de Referência.

18.7. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. As infrações decorrentes de irregularidades ocorridas durante o procedimento licitatório terão, acumuladamente, as seguintes sanções:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

- a) multa de 3% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) impedimento de licitar ou contratar por 3 meses.

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

- a) multa de 5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) impedimento de licitar ou contratar por 12 meses.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

III - não entregar a documentação exigida para contratação ou para a ata de registro de preços, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) multa de 8% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) impedimento de licitar ou contratar por 18 meses.

IV - não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) multa de 12% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

V - comportar-se de modo inidôneo:

- a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses.

VI - praticar ato ilícito com vistas a frustrar os objetivos da licitação:

- a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação:

- a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

V - fraudar a licitação:

- a) multa de 30% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

VIII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra princípios da Administração Pública:

- a) multa de 15% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

IX - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra o patrimônio público:

- a) multa de 20% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

X - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil:

- a) multa de 25% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

20.2. A aplicação das sanções previstas neste capítulo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Administração Pública.

20.3. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.4. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.5. As sanções obedecerão aos demais ritos do Decreto Municipal nº 2.130/2023.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico do Portal de Compras e da Administração <https://www.imigrante-rs.com.br>.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

22. DA LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. A Detentora da Ata e/ou Contratada, além de guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.709/2018.

22.2. A Detentora da Ata e/ou Contratada se obriga ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, se encontram contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

22.3. As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, nos moldes da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto desta Ata e/ou Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

22.4. A Detentora da Ata e/ou Contratada se responsabiliza, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente contrato, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto da Ata e/ou Contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

22.5. Do mesmo modo, não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços, não podendo, sob qualquer hipótese, transmiti-los a terceiros.

22.6. O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas no presente item deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência da presente Ata e/ou Contrato.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

23.2. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

23.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Teutônia para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

23.4. Ficam vedadas as disposições contidas nos incisos II, III, IV, VII e VIII do art. 82 da Lei 14.133/2021.

23.5. São partes integrantes deste Edital:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III – Itinerários - Planilhas de Composição de Custos

ANEXO IV – Declaração Consolidada

ANEXO V – Minuta do Contrato

Imigrante, 13 de janeiro de 2025

GERMANO STEVENS

Prefeito Municipal de Imigrante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Educação
Servidor(es) e/ou Secretário responsável pela elaboração: Carlos Alexandre Lutterbeck

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE
Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021);
Em análise da situação atual do Município, bem como das ações de planejamento e reorganização dos trabalhadores realizados na Secretaria de Educação - SME, identificamos a necessidade de contratação de prestadores de serviços para a execução de transporte escolar aos alunos do Município de Imigrante. Foram levadas em consideração a situação apresentada até o momento, com base nas premissas citadas abaixo:
1) O Município não é capaz de realizar todos os serviços com frota própria;
2) Há necessidade de readequação dos trajetos em virtude das alterações identificadas nas matrículas de alunos;
3) O Município optará por realizar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para a execução do transporte escolar da rede estadual, mediante transferência de recursos;
4) Embora não concluído o período de matrícula da rede estadual de ensino, a SME possui expectativa sobre quantitativos e localizações prováveis dos alunos;
5) Os valores utilizados para composição orçamentária são estimados;
6) Para verificar trajetos mais eficientes, bem como os quantitativos aproximados de distância percorrida, foi consultado o motorista Marcio Rottoli (Matrícula 235);
7) Em virtude das especificidades de manutenção/conservação das estradas e da topografia (principalmente aclives/declives), foi utilizado como elemento de ponderação um % de agravante para as prováveis despesas adicionais de manutenção ocasionadas pelas condições peculiares (se comparadas à condições tradicionais de conservação e trafegabilidade).

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL
Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);
Contratação prevista no Plano.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021);
Percentual de ponderação para custos de difícil acesso: 10%
Para identificação ao percentual de ponderação, foram consultados motoristas; servidores vinculados ao setor de patrimônio e prestadores de serviços contratados para manutenção de mecânica pesada.
O custo global estimado de manutenção mecânica em condições regulares foi estimado pela Mecânica Kinhomak



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- 1) Os veículos devem atender as diretrizes de segurança, vida útil e manutenção definidas pelas legislações.
- 2) Conforme requerido pela área tributária (Sr. Ernani Schneider - Fiscal), prever a retenção de ISS no edital.
- 3) Verificar possibilidade, mediante agendamento e antes da sessão pública, em um único período, para que todos os licitantes interessados possam realizar o trajeto (conhecimento do objeto).
- 4) Em caráter excepcional, para complementação dos dias letivos mínimos, pode ser necessário o transporte de alunos em sábados.
- 5) A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Marcia Porsche

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Ao todo serão 6 linhas que atenderão das demandas da Secretaria Municipal de Educação, ao longo de 209 dias letivos, conforme estimativas do quadro abaixo.

Estimativa de dias letivos para o ano corrente (cfe. Calendário Escolar):													
Média	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Soma
19,0	-	15	19	20	20	19	17	20	23	22	19	15	209

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021);

Memória de cálculo com base em contratos dos anos anteriores.

6 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21);

Memória de Cálculo em anexo.

Quadro Resumo - Aspectos Orçamentários

	It01	It02	It03	It04	It05	It06	It07	It08	Soma
Média Km (mês)	874	950	1.281	1.987	1.539	931			7.562
Valor Estimado (Km)	7,31	6,90	5,97	5,63	5,71	7,16			38,68
Valor Médio Estimado (Mês/R\$)	6.388,94	6.555,00	7.647,57	11.186,81	8.787,69	6.665,96			47.231,97
Valor Total Estimado (Ano)	70.278,34	72.105,00	84.123,27	123.054,91	96.664,59	73.325,56			519.551,67

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

- 1) Os veículos devem atender as diretrizes de segurança, vida útil e manutenção definidas pelas legislações.
- 2) Conforme requerido pela área tributária (Sr. Ernani Schneider - Fiscal), prever a retenção de ISS no edital.
- 3) Sugere-se verificar a possibilidade, mediante agendamento e antes da sessão pública, em um único período, para que todos os licitantes interessados possam realizar o trajeto (conhecimento do objeto).
- 4) Em caráter excepcional, para complementação dos dias letivos mínimos, pode ser necessário o transporte de alunos em sábados.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

5) A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Marcia Porsche

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Visando a economicidade, promovendo a busca pela proposta mais vantajosa e considerando os itinerários das linhas que poderão atender as demandas da SME, o julgamento ocorrerá com base no “menor preço por item”.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Atendimento às necessidades da SME, considerando o transporte de alunos para os 209 dias letivos previstos no calendário letivo do ano de 2025.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Não se aplica

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Não se aplica

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Não se aplica.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21);

Conclui-se que está e a forma de maior economicidade à administração municipal, sendo que o município não dispõe de frota e tampouco mão-de-obra suficientes para atender o objeto em questão.

Imigrante, 07 de janeiro de 2025.

Carlos Alexandre Lutterbeck
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Natureza(s) do(s) Objeto(s)			
<input type="checkbox"/> Aquisição de Bens	<input type="checkbox"/> Obra(s) de Engenharia	<input type="checkbox"/> Locação de Bens	<input type="checkbox"/> Concessão de Bens
<input checked="" type="checkbox"/> Prestação de Serviços	<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços de Engenharia	<input type="checkbox"/> Alienação de Bens	<input type="checkbox"/> Permissão de Bens
<input type="checkbox"/> Prestação de Serviços com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra	<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviço associados		

Tipo(s) de Objeto(s)			
<input type="checkbox"/> Bem(ns) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Bem(ns) Especiais	<input checked="" type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns)	<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is)
<input type="checkbox"/> Obra(s) Comum(ns) de Engenharia		<input type="checkbox"/> Obra(s) Especial(is) de Engenharia	
<input type="checkbox"/> Serviço(s) Comum(ns) de Engenharia		<input type="checkbox"/> Serviço(s) Especial(is) de Engenharia	

Itens					
Nº	Descrição do Item	Qtd. (Km/mês)	Preço Km	Preço Mensal	Preço Total
1	Linha 1 - Boa Vista 37 / Rosenthal	874	7,31	6.388,94	70.278,34
2	Linha 2 - Gaussmann / Morro Schmitt / Scheffler	950	6,90	6.555,00	72.105,00
3	Linha 3 - Linha Herval e Castro Alves	1.281	5,97	7.647,57	84.123,27
4	Linha 4 - Linha Imhoff – Linha Michels - Linha Fassini	1.987	5,63	11.186,81	123.054,91
5	Linha 5 - Harmonia Alta/Rechts	1.539	5,71	8.787,69	96.664,59
6	Linha 6 - Vale da Harmonia	931	7,16	6.665,96	73.325,56
Valor Total Estimado:				519.551,67	

Condições de Entrega(s)			
Prazo de Entrega:	Prazo de prestação de serviços conforme calendário escolar aprovado pelo Conselho Municipal de Educação		
Horário(s) de entrega(s):	De segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 13h e 30min às 16h e 30min.		
Local(is) de Entrega(s):	<input type="checkbox"/>	Não se aplica	
	<input type="checkbox"/>	Prefeitura Municipal / Sec. da Adm. Planej. e Finanças	Rua Castelo Branco, 15 – Centro – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	Sec. de Obras e Mobilidade Urbana	Rua Fernando Ferrari, 10 – Centro – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	Sec. da Saúde e Assist. Social	Av. Dr. Ito João Snel, 870 – Centro – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	Unidade Básica de Saúde - Daltro Filho	Rua Henrique Blum, 150 – Daltro Filho – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	CRAS – Centro de Referência e Assist. Social	Rua Guilherme Ernesto Lagemann, 571 – Centro – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	Secretaria da Educação	Av. Dr. Ito Joao Snel, 840 – Centro – Imigrante/RS
	<input checked="" type="checkbox"/>	EMEF Arco-Íris	Rua Heinrich Brackemeier, 885 – Centro – Imigrante/RS
	<input checked="" type="checkbox"/>	EMEI Arco-Íris (escolinha)	Rua Sete de Setembro, 185 – Esperança – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	EMEI Ciranda de Sonhos	Rua Castelo Branco, 190 – Centro – Imigrante/RS
	<input checked="" type="checkbox"/>	EMEF Santo Antônio	Rua Guilherme Scheer, 94 – Daltro Filho – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	EMEI Pequeno Mundo	Rua Madre Isabel, 324 – Daltro Filho – Imigrante/RS
	<input checked="" type="checkbox"/>	EMEF Ernesto Alves	Linha Ernesto Alves, S/N – Linha Ernesto Alves – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	Sec. Agricult., Meio Amb. e Des. Econômico	Rua do Moinho, 15 - Sala 101 e 102 – Centro – Imigrante/RS
	<input type="checkbox"/>	Sec. da Cultura, Desporto e Turismo	Rua Guilherme Ernesto Lagemann, 677 – Centro – Imigrante/RS
<input type="checkbox"/>	Almoxarifado Central	Rua Castelo Branco, 82 – 2º Andar – Centro – Imigrante/RS	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros (especificar):	Escola Estadual de Ensino Médio "25 de Maio"	

Regras para Recebimento Provisório e/ou Definitivo

Quando do recebimento provisório e/ou definitivo, o(s) fisca(is) do contrato deverão verificar se a **quantidade, qualidade e pontualidade** da entrega estão em consonância com a autorização de compra e/ou ordem de execução de serviço, nota de empenho de despesa, ou emissão de outro instrumento hábil equivalente.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

Não se aplica 90 dias, cfe. art. 26 da Lei 8.078/1990 (CDC) Outro (especificar abaixo):

Obs.:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

- a) O prazo de garantia é contado a partir do recebimento provisório, no caso de defeitos e/ou vício(s) de produto(s) e/ou serviço(s).
b) Se, durante o prazo de garantia, os produtos e/ou serviços, apresentarem defeitos e/ou vícios, o fornecedor deverá substituí-los ou refazê-los no prazo de até **01 dia útil**, a partir da comunicação por escrito.
c) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o vício.
d) Quando a manutenção e/ou assistência técnica não puder ser realizada nas dependências do Município, **os custos de transporte (envio e retorno) serão de responsabilidade do fornecedor.**

2. PRAZO CONTRATUAL PREVISTO

<input type="checkbox"/> Não se aplica.	<input type="checkbox"/> Até 2 anos, por se tratar de SRP, comprovado o preço vantajoso, cfe. art. 84 da Lei 14.133/21
<input type="checkbox"/> Até a conclusão de escopo predefinido, automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato, cfe. art. 111 da Lei 14.133/21 (identificar período de vigência previsto ao lado)	Período vigência previsto: 12 meses
<input checked="" type="checkbox"/> Até 5 anos, cfe. art. 106 da Lei 14.133/21	<input type="checkbox"/> Até 10 anos, cfe. art. 107 da Lei 14.133/21
<input type="checkbox"/> Até 10 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21	<input type="checkbox"/> Até 35 anos, cfe. inciso I do art. 110 da Lei 14.133/21
Obs.: Quando o prazo for superior a 1 ano, poderá ser renovado, à critério das partes, por iguais e sucessivos períodos no limite da lei, desde que haja previsão em edital e que sejam atestadas pelo gestor do contato que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração.	

3. SOBRE A VIGÊNCIA CONTRATUAL

Data de início da vigência:	Na data de assinatura do contrato.
Data de início da prestação de serviços:	Dia 10/02/2025 – Os fornecedores contratados devem contatar a Secretaria da Educação para receber o cronograma completo.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor total estimado: R\$ 519.551,67

5. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

<input checked="" type="checkbox"/> Cfe. evidenciado em documento complementar disponível no processo.	<input type="checkbox"/> Não se aplica, pois se trata de SRP.
--	---

6. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar - ETP		
<input checked="" type="checkbox"/> Cfe. disponível no processo	<input type="checkbox"/> <u>Dispensado</u> (Dec. Munic. 2.130/23, art. 45)	<input type="checkbox"/> <u>Facultado</u> (Dec. Munic. 2.130/23, art. 46)

Fundamento(s) de Fato e de Direito	
Normas aplicáveis:	Lei Federal 14.133/2021, Decreto Municipal 2.130/2023.
Considerando o que proclama a Constituição Federal de 1988, de que a educação é um direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, a Lei Federal nº <u>9.394/96</u> , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, chancela a determinação constitucional do transporte escolar prestado pelo Poder Público, como garantia de acesso e permanência do aluno na escola.	

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O(S) CICLO(S) DE VIDA DO(S) OBJETO(S)

<p>Em análise da situação atual do Município, bem como das ações de planejamento e reorganização dos trabalhadores realizados na Secretaria de Educação - SME, identificamos a necessidade de contratação de prestadores de serviços para a execução de transporte escolar aos alunos do Município de Imigrante. Foram levadas em consideração a situação apresentada até o momento, com base nas premissas citadas abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none">1) O Município não é capaz de realizar todos os serviços com frota própria;2) Há necessidade de readequação dos trajetos em virtude das alterações identificadas nas matrículas de alunos;3) O Município optará por realizar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para a execução do transporte escolar da rede estadual, mediante transferência de recursos;4) Embora não concluído o período de matrícula da rede estadual de ensino, a SME possui expectativa sobre quantitativos e localizações prováveis dos alunos;5) Os valores utilizados para composição orçamentária são estimados;6) Para verificar trajetos mais eficientes, bem como os quantitativos aproximados de distância percorrida, foi consultado o motorista Marcio Rottoli (Matrícula 235);



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

7) Em virtude das especificidades de manutenção/conservação das estradas e da topografia (principalmente aclives/declives), foi utilizado como elemento de ponderação um % de agravante para as prováveis despesas adicionais de manutenção ocasionadas pelas condições peculiares (se comparadas à condições tradicionais de conservação e trafegabilidade).

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ESPECIFICAÇÃO DO ITEM)

Percentual de ponderação para custos de difícil acesso: 10%

Para identificação ao percentual de ponderação, foram consultados motoristas; servidores vinculados ao setor de patrimônio e prestadores de serviços contratados para manutenção de mecânica pesada.

O custo global estimado de manutenção mecânica em condições regulares foi estimado pela Mecânica Kinhomak

- 1) Os veículos devem atender as diretrizes de segurança, vida útil e manutenção definidas pelas legislações.
- 2) Conforme requerido pela área tributária (Sr. Ernani Schneider - Fiscal), prever a retenção de ISS no edital.
- 3) Verificar possibilidade, mediante agendamento e antes da sessão pública, em um único período, para que todos os licitantes interessados possam realizar o trajeto (conhecimento do objeto).
- 4) Em caráter excepcional, para complementação dos dias letivos mínimos, pode ser necessário o transporte de alunos em sábados.
- 5) A fiscalização do contrato será realizada pela servidora Marcia Porsche

9. INDICAÇÃO(ÕES) DE MARCA(S) E NECESSIDADE DE AMOSTRA E/OU TESTE DE CONFORMIDADE

Não se aplica Proc. Adm. de Pré-Qualificação: XX.XXX/XXXX Proc. Adm. de Vedação de Marca: XX.XXX/XXXX

Sim - Justificar item(ns) e escolha(s) da(s) marca(s) abaixo:

10. EXECUÇÃO DO OBJETO

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input type="checkbox"/> Bem de pronta-entrega	<input type="checkbox"/> Fornecimento e prestação de serviço associado
<input type="checkbox"/> Contratação por tarefa	<input type="checkbox"/> Contratação integrada	<input type="checkbox"/> Contratação semi-integrada
<input type="checkbox"/> Empreitada por preço unitário	<input type="checkbox"/> Empreitada por preço global	<input type="checkbox"/> Empreitada integral
<input checked="" type="checkbox"/> Outro (Especificar abaixo):	Prestação de Serviços	

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Não se aplica. Cfe. descrito abaixo:

- a) O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, a qualquer hora, por meio do(s) gestor(es) e/ou fiscal(is) indicados.
- b) Todas as comunicações realizadas entre os gestores e/ou fiscais de contrato(s) e o(s) preposto(s) da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços serão consideradas como regularmente feitas se enviadas por e-mail (preferencialmente), disponibilizada por meio de aplicativos de mensagem eletrônica (Whatsapp®, Telegram®, Signal®, entre outros), entregues pessoalmente, ou ainda, mediante correspondência registrada.
- c) A fiscalização anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização dos descumprimentos observados.
- d) A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da(s) empresa(s) contratada(s) e/ou detentor da proposta mais vantajosa em ata de registro de preços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades verificadas durante a execução deste contrato.

Obs.:

As definições quanto as atividades de gestão e fiscalização de contrato, bem como de fiscalização técnica, fiscalização administrativa e fiscalização setorial estão previstas nos incisos V à IX do art. 2º do Decreto Municipal 2.130/23. Já as atribuições de gestor(es) e/ou fiscal(is) de contrato(s) estão dispostas nos arts. 20 à 26 do Decreto Municipal 2.130/23.

Designação do(s) Gestor(es) e/ou Fiscal(is) de Contrato(s)

Cfe. disponível no processo, visto que o(s) gestor(es) e/ou fiscais de contrato(s) estão identificados no termo de designação específico.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- Não se aplica
- Em caso de **fornecimento de bens e/ou prestação de serviços**, atestado o recebimento provisório do objeto pelo(s) fiscal(is), o pagamento se dará **em até 10 dias úteis** da entrega da nota fiscal e/ou de documentos complementares ao setor contábil
- Em caso de **Obras e Serviços de Engenharia**, cfe. cronograma físico-financeiro disponível no processo
- Outro (Especificar abaixo):



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Aquele que apresentar a proposta que atenda aos requisitos e informações constantes na fase preparatória e, desde que ao final, considerando o critério informado abaixo, seja considerada a proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.		
<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço	<input type="checkbox"/> Maior desconto	<input type="checkbox"/> Técnica e Preço
<input type="checkbox"/> Melhor Técnica	<input type="checkbox"/> Melhor Conteúdo Artístico	<input type="checkbox"/> Maior Retorno Econômico

Exigência(s) de Qualificação(ões) Técnica(s) do(s) Fornecedor(es) e/ou Objeto(s)

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, cfe. detalhado abaixo
Descrever as qualificações técnico-profissionais e/ou técnico-operacionais exigidas: <ul style="list-style-type: none">- Declaração de disponibilidade do(s) veículo(s), informando ainda a placa e a capacidade de passageiros, a qual deve ser compatível ao Itinerário/Trajeto.- Cópia do documento CRLV do(s) veículo(s), sendo aceito a idade máxima de 15 anos de fabricação.- Certificado de Cronotacógrafo, emitido pelo Inmetro, vigente.- Laudo de vistoria Técnica do Veículo - Inspeção Veicular – Transporte Escolar, de acordo com o art. 136 do CTB, emitido pelo DTRAN/CRVA, vigente.- Relação do(s) motorista(s) que realizará(ão) os serviços, acompanhada dos seguintes documentos referentes a cada um dos condutores:<ul style="list-style-type: none">- Cópia da CNH compatível.- Certidão Negativa de Registro de Distribuição Criminal, relativo aos crimes de Homicídio, Roubo, Estupro e Corrupção de Menores.- Certificado do curso de Condutores de Veículos Escolares, Vigente.- Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de que a empresa licitante executou serviços de complexidade equivalente ou compatível ao objeto dessa licitação.	

Exigência(s) de Qualificação Econômico-financeira(s)

<input type="checkbox"/> Não se aplica	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, cfe. detalhado abaixo
Descrever as qualificações econômico-financeiras exigidas: Certidão judicial cível negativa - falimentar	

14. FRACIONAMENTO IRREGULAR DE DESPESAS E CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

<input checked="" type="checkbox"/> FOI(RAM) ANALISADA(S) à(s) divisibilidade(s) de todo(s) o(s) objeto(s) e, INVESTIGANDO todas as TRANSAÇÕES REALIZADAS pelo Município E também o SOMATÓRIO DAS DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO, ATESTAMOS QUE NÃO HÁ CONTRATAÇÕES COM OBJETOS DE MESMA NATUREZA que caracterizem FRACIONAMENTO IRREGULAR DE DESPESAS, tampouco DESÍDIA ADMINISTRATIVA, MÁ GESTÃO, "EMERGÊNCIA FABRICADA" E/OU CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS, nos termos da lei.

15. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÕES

<input checked="" type="checkbox"/> Pública, cfe. Art. 8º da Lei 12.527/2011	<input type="checkbox"/> Reservada, cfe. Inciso III do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011
<input type="checkbox"/> Secreta, cfe. Inciso II do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011	<input type="checkbox"/> Ultrasecreta, cfe. Inciso I do §1º do Art. 24 da Lei 12.527/2011

Imigrante, 03 de janeiro de 2025.

Carlos Alexandre Lutterbeck
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO III
ITINERÁRIO 01

Trajetos:	Boa Vista 37 / Rosenthal	Distância Estimada	
Capacidade Mínima do Veículo:	15 passageiros.	Total:	46 Km
Escolas Atendidas:	EMEF Santo Antônio e EEEM 25 de Maio	Regular:	40% 18,4 Km
		Difícil Acesso:	60% 27,6 Km

Horário	Itinerário
07h	Linha Boa Vista 37 na casa de Priscila Compagnoni, vai até a casa de Diogo Pozzebon retorna em direção a casa de Ademar Rabaioli e segue em direção a EMEF Santo Antônio.
11h30min	EMEF Santo Antônio, Linha Rosenthal até a casa de Ademar Rabaioli e retorna seguindo até Linha Boa Vista 37 casa de Luciano Carminatti retornando até a casa de Samuel Compagnoni - Linha Rosenthal casa de Ademar Rabaioli, Linha Progresso até a casa de Ito Weirich e em seguida em direção a EMEF Santo Antônio.
17h20min	EMEF Santo Antônio, Linha Rosenthal até a casa de Ito Weirich e Ademar Rabaioli, Linha Boa Vista 37 até a casa de Samuel Compagnoni.

Orçamento Detalhado

Distância Média Estimada por Mês:	874 Km	Percentual de ponderação para custos de difícil acesso:	10%
CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS	
1. Custos de capital e depreciação		1. Combustível	
Valor Médio estimado de Aquisição do Veículo:	80.000,00	Preço do litro do combustível	6,40
Valor Depreciação Anual - Método Linear	5,0% 4.000,00	Média de consumo - Regular	40% 7,00
Valor Depreciação Mensal (12 meses)	333,33	Média de consumo - Dif. Acesso	60% 6,30
Custo estimado de depreciação (Km rodado)	0,38	Custo ponderado estimado de combustível	0,97
2. Custos com pessoal (motorista)		2. Manutenção Mecânica do Veículo	
Salário base de motorista (categoria)	2.900,00	Estimativa de Custo Global Mensal c/ Man. - Regular	200,00
13º Salário (categoria)	241,67	Custo Estimado de Man. Mecânica - Regular	40% 200,00
1/3 de férias	79,75	Custo Estimado de Man. Mecânica - Dif. Acesso	60% 220,00
FGTS	8,0% 232,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica (mês)	212,00
CPP + RAT + Terceiros	28,8% 835,20	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,24
Custo estimado com despesas de pessoal (mês)	4.288,62	3. Pneus	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	4,91	Preço Estimado do Pneu Utilizado no Veículo	600,00
3. Despesas Administrativas/Operacionais/Tributárias		Custo Total com Troca de Pneus	8 4.800,00
Honorários Contábeis	200,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	50.000
Laudos Detran/Inmetro	20,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	40% 50.000
ISS	3,0% -	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Dif. Acesso	60% 45.000
IPVA Mensal	0,00	Vida Útil Ponderada Estimada para troca de Pneus	47.000
DPVAT/Seguro Obrigatório/Emissão CRLV	10,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,10
Custo estimado com Despesas Adm./Op./Trib. (mês)	230,00	Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	0,26	SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)	
SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)		5,55	
TOTAL DE CUSTOS (FIXOS + VARIÁVEIS (KM))		SUBTOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (KM)	
6,87		1,32	
Margem de Lucro em Percentual		3,0%	
Alíquota de ISS (por fora - Sobre o Valor Bruto Faturado)		3,0%	
TOTAL A PAGAR POR KM RODADO		7,31	

Carlos Alexandre Lutterbeck
Secretário Municipal de Educação



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE**

ITINERÁRIO 02

Trajeto: Gaussmann / Morro Schmitt / Scheffler	Distância Estimada	
	Total:	50 Km
Capacidade <u>Mínima</u> do Veículo: 15 passageiros.	Regular:	60% 30 Km
	Difícil Acesso:	40% 20 Km
Escolas Atendidas:	Extensão Arco-Íris; EMEF Arco-Íris; EMEF Santo Antônio e EEEM 25 de Maio	

Horário	Itinerário
06h50min	Estrada Morro dos Schmitt seguindo em direção a saída do Scheffler/Unnewehr – em direção a EEEM 25 de Maio e EMEF Arco-Íris.
11h45min	Saída da EMEF Santo Antônio até a EEEM 25 de Maio, EMEF Arco-Íris e até a frente da Prefeitura segue pelo asfalto até a entrada do Willy Porsche, segue até casa do Jacó Klein, retorna até a casa de André Haas, segue o asfalto em direção a entrada do Gaussmann – morro do Schmitt – segue em direção a saída do Scheffler/Unnewehr – pelo asfalto até a casa de Vitor Vuaden retorna pelo asfalto até a saída no Hollmann, volta para o asfalto e entra na estrada em direção a casa de Isabel Brune, volta para o asfalto em direção a Extensão Arco-Íris, EEEM 25 de Maio e a EMEF Arco-Íris.
17h	Escolinha Arco-Íris, EMEF Arco-Íris e EEEM 25 de Maio segue pelo asfalto até a saída no Hollmann pela Linha Ernesto Alves, retorna pelo asfalto até entrada do Schaffler/Unnewehr subindo o morro do Schmitt até casa de Kayane Horst.

Orçamento Detalhado

Distância Média Estimada por Mês:	950 Km	Percentual de ponderação para custos de difícil acesso:	10%
CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS	
1. Custos de capital e depreciação		1. Combustível	
Valor Médio estimado de Aquisição do Veículo:	90.000,00	Preço do litro do combustível	6,40
Valor Depreciação Anual - Método Linear	6,0% 5.400,00	Média de consumo - Regular	60% 7,00
Valor Depreciação Mensal (12 meses)	450,00	Média de consumo - Dif. Acesso	40% 6,30
Custo estimado de depreciação (Km rodado)	0,47	Custo ponderado estimado de combustível	0,95
2. Custos com pessoal (motorista)		2. Manutenção Mecânica do Veículo	
Salário base de motorista (categoria)	2.900,00	Estimativa de Custo Global Mensal c/ Man. - Regular	200,00
13º Salário (categoria)	241,67	Custo Estimado de Man. Mecânica - Regular	60% 200,00
1/3 de férias	79,75	Custo Estimado de Man. Mecânica - Dif. Acesso	40% 220,00
FGTS	8,0% 232,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica (mês)	208,00
CPP + RAT + Terceiros	28,8% 835,20	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,22
Custo estimado com despesas de pessoal (mês)	4.288,62	3. Pneus	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	4,51	Preço Estimado do Pneu Utilizado no Veículo	500,00
3. Despesas Administrativas/Operacionais/Tributárias		Custo Total com Troca de Pneu	8 4.000,00
Honorários Contábeis	200,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	50.000
Laudos Detran/Inmetro	20,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	60% 50.000
ISS	3,0% -	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Dif. Acesso	40% 45.000
IPVA Mensal	0,00	Vida Útil Ponderada Estimada para troca de Pneu	48.000
DPVAT/Seguro Obrigatório/Emissão CRLV	10,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,08
Custo estimado com Despesas Adm./Op./Trib. (mês)	230,00	SUBTOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (KM)	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	0,24	1,25	
SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)		TOTAL DE CUSTOS (FIXOS + VARIÁVEIS (KM))	
5,23		6,48	
Margem de Lucro em Percentual		3,0%	
Alíquota de ISS (por fora - Sobre o Valor Bruto Faturado)		3,0%	
TOTAL A PAGAR POR KM RODADO		6,90	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ITINERÁRIO 03

Trajeto:	Linha Herval e Castro Alves	Distância Estimada	
		Total:	67,4 Km
Capacidade <u>Mínima</u> do Veículo:	15 passageiros.	Regular:	10% 6,74 Km
		Difícil Acesso:	90% 60,66 Km
Escolas Atendidas:	Extensão Arco-Íris - EMEF Arco-Íris e EEEM 25 de Maio		

Horário	Itinerário
06h40min	Linha Herval na casa de Pablo Cord. Após a caixa d'água, entra a esquerda e vai até a propriedade de Peter Hassmann. Desce até o asfalto da estrada geral e vai até a entrada da linha Herval (pela Getulio Vargas) seguindo até a residência de Lurdes Andrade, retornando até a escola Arco-Íris – sobe pela Rota do Sol até a casa de Cidério Altevogt. Retorna e entra pela Rua Guilherme Ernesto Lagemann em direção a linha Castro Alves até a casa de Carlos Wahlbrinck saindo próximo da padaria e retorna até a EMEF Arco-Íris e EEEM 25 de Maio e Escolinha Arco-Íris.
11h30min - 12h45min	EMEF Arco-Íris, segue até a casa de Cidério Altevogt, retorna e entra pela Rua Guilherme Ernesto Lagemann em direção a linha Castro Alves até a casa de Carlos Wahlbrinck saindo próximo da Casa Paroquial, retorna até a Arco-Íris entra na Linha Herval (pela Getulio Vargas) no cemitério da Linha Herval pega a direita até a residência da aluna Debora retorna a Linha Herval na casa de Pablo Cord seguindo em direção a casa de Adolfo Peters. Após a caixa d'água, entra a esquerda e vai até a propriedade de Peter Hassmann. Desce até o asfalto da estrada geral retornando até a escola Arco-Íris – sobe pela Rota do Sol até a casa de Cidério Altevogt e retorna e entra pela Rua Guilherme Ernesto Lagemann em direção a linha Castro Alves até a casa de Carlos Wahlbrinck saindo próximo da padaria e retorna até a EMEF Arco-Íris e EEEM 25 de Maio.
17h	EEEM 25 de Maio e EMEF Arco-Íris, sobe pela Rota do Sol até a casa de Cidério Altevogt e retorna – Linha Castro Alves passando pela casa de Odair Schroer e Carlos Wahlbrinck seguindo até a saída da Castro Alves (perto da padaria) em direção a Linha Herval (pela Getulio Vargas) até a casa de Adolfo Peters.

Orçamento Detalhado

Distância Média Estimada por Mês:	1.281 Km	Percentual de ponderação para custos de difícil acesso:	10%
CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS	
1. Custos de capital e depreciação		1. Combustível	
Valor Médio estimado de Aquisição do Veículo:	120.000,00	Preço do litro do combustível	6,40
Valor Depreciação Anual - Método Linear	7,0% 8.400,00	Média de consumo - Regular	10% 7,00
Valor Depreciação Mensal (12 meses)	700,00	Média de consumo - Dif. Acesso	90% 6,30
Custo estimado de depreciação (Km rodado)	0,55	Custo ponderado estimado de combustível	1,00
2. Custos com pessoal (motorista)		2. Manutenção Mecânica do Veículo	
Salário base de motorista (categoria)	3.100,00	Estimativa de Custo Global Mensal c/ Man. - Regular	200,00
13º Salário (categoria)	258,33	Custo Estimado de Man. Mecânica - Regular	10% 200,00
1/3 de férias	85,25	Custo Estimado de Man. Mecânica - Dif. Acesso	90% 220,00
FGTS	8,0% 248,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica (mês)	218,00
CPP + RAT + Terceiros	28,8% 892,80	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,17
Custo estimado com despesas de pessoal (mês)	4.584,38	3. Pneus	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	3,58	Preço Estimado do Pneu Utilizado no Veículo	500,00
3. Despesas Administrativas/Operacionais/Tributárias		Custo Total com Troca de Pneus	8 4.000,00
Honorários Contábeis	250,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	50.000
Laudos Detran/Inmetro	20,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	10% 50.000
ISS	3,0% -	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Dif. Acesso	90% 45.000
IPVA Mensal	0,00	Vida Útil Ponderada Estimada para troca de Pneus	45.500
DPVAT/Seguro Obrigatório/Emissão CRLV	10,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,09
Custo estimado com Despesas Adm./Op./Trib. (mês)	280,00	SUBTOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (KM)	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	0,22	1,26	
SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)	4,35	TOTAL DE CUSTOS (FIXOS + VARIÁVEIS (KM))	
		5,61	
Margem de Lucro em Percentual		3,0%	
Alíquota de ISS (por fora - Sobre o Valor Bruto Faturado)		3,0%	
TOTAL A PAGAR POR KM RODADO		5,97	



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ITINERÁRIO 04

Trajetos:	Linha Imhoff – Linha Michels - Linha Fassini	Distância Estimada	
		Total:	104,6 Km
Capacidade <u>Mínima</u> do Veículo:	15 passageiros.	Regular:	20% 20,92 Km
		Difícil Acesso:	80% 83,68 Km
Escolas Atendidas:	EMEF Santo Antônio; EMEF Arco-Íris; EEEM 25 de Maio e Escolinha Arco-Íris		

Horário	Itinerário
06h50min	Estrada geral que liga o Centro a Daltr Filho, entra a direita e vai em direção a Linha Imhoff até a propriedade de Rui Weirich. Segue até a propriedade de Robson Wessel, passando pela residência de André Dannebrock indo até a casa de Cláudio Haas. Em seguida vai em direção a Linha Fassini (residência dos pais de Mara Krieger) até a EMEF Santo Antônio. Volta para a Linha Michels e sai no Mercado Irmãos Schneider e vai até a EMEF Arco-Íris.
11h30min	EMEF Arco-Íris até a EMEF Santo Antônio, volta até a Linha Boa Vista 37 na propriedade de Cláudio Haas indo em direção a propriedade de André Dannebrock. Em seguida vai até a propriedade de Mateus Carniel, passando pelas propriedades de Robson Wessel e Airton Wessel e indo até a casa de Rui Weirich. Logo após vai até a casa de Tiago Bode e sai na estrada geral próximo ao Mercado Irmãos Schneider. Sobe até a casa de José Marco Loss e vai até a propriedade de Moacir Schneider e em seguida vai até a propriedade de Selmar Ender. Segue até a EMEF Santo Antônio e volta para a EMEF Arco-Íris e por fim para a EEEM 25 de Maio.
17h	EEEM 25 de Maio, EMEF Arco-Íris, EMEF Santo Antônio e entra na Linha Fassini (casa dos pais de Mara Krieger). Entra na Linha Michels até a casa de Selmar Ender seguindo até a propriedade de Moacir Schneider. Em seguida vai até a casa de José Marco Loss e sai no Mercado Irmãos Schneider, entrando na Linha Imhoff, até a casa de Tiago Bode. Vai até a casa de Rui Weirich e depois até as casas de Airton Wessel e Robson Wessel. Segue até a casa de Mateus Carniel e volta até próximo da residência de Cláudio Haas.

Orçamento Detalhado

Distância Média Estimada por Mês:	1.987 Km	Percentual de ponderação para custos de difícil acesso:	10%
CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS	
1. Custos de capital e depreciação		1. Combustível	
Valor Médio estimado de Aquisição do Veículo:	140.000,00	Preço do litro do combustível	6,40
Valor Depreciação Anual - Método Linear <input type="text" value="9,0%"/>	12.600,00	Média de consumo - Regular <input type="text" value="20%"/>	7,00
Valor Depreciação Mensal (12 meses)	1.050,00	Média de consumo - Dif. Acesso <input type="text" value="80%"/>	6,30
Custo estimado de depreciação (Km rodado)	0,53	Custo ponderado estimado de combustível	0,99
2. Custos com pessoal (motorista)		2. Manutenção Mecânica do Veículo	
Salário base de motorista (categoria)	4.500,00	Estimativa de Custo Global Mensal c/ Man. - Regular	250,00
13º Salário (categoria)	375,00	Custo Estimado de Man. Mecânica - Regular <input type="text" value="20%"/>	250,00
1/3 de férias	123,75	Custo Estimado de Man. Mecânica - Dif. Acesso <input type="text" value="80%"/>	275,00
FGTS <input type="text" value="8,0%"/>	360,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica (mês)	270,00
CPP + RAT + Terceiros <input type="text" value="28,8%"/>	1.296,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,14
Custo estimado com despesas de pessoal (mês)	6.654,75	3. Pneus	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	3,35	Preço Estimado do Pneu Utilizado no Veículo	700,00
3. Despesas Administrativas/Operacionais/Tributárias		Custo Total com Troca de Pneus	8 5.600,00
Honorários Contábeis	300,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	50.000
Laudos Detran/Inmetro	20,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular <input type="text" value="20%"/>	50.000
ISS <input type="text" value="3,0%"/>	-	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Dif. Acesso <input type="text" value="80%"/>	45.000
IPVA Mensal	0,00	Vida Útil Ponderada Estimada para troca de Pneus	46.000
DPVAT/Seguro Obrigatório/Emissão CRLV	10,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,12
Custo estimado com Despesas Adm./Op./Trib. (mês)	330,00		
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	0,17		
SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)	4,04	SUBTOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (KM)	1,25
TOTAL DE CUSTOS (FIXOS + VARIÁVEIS (KM))			5,29
Margem de Lucro em Percentual			3,0%
Alíquota de ISS (por fora - Sobre o Valor Bruto Faturado)			3,0%
TOTAL A PAGAR POR KM RODADO			5,63



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ITINERÁRIO 05

Trajetos:	Harmonia Alta/Rechts	Distância Estimada	
		Total:	81 Km
Capacidade <u>Mínima</u> do Veículo:	15 passageiros.	Regular:	5% 4,05 Km
		Difícil Acesso:	95% 76,95 Km
Escolas Atendidas:	EMEF Santo Antônio e EEEM 25 de Maio		

Horário	Itinerário
06h50min	Inicia na casa de Leandro Barili e vai até a Linha Cruzeiro, casa de Luciana Saleri, seguindo em direção Harmonia Alta na casa de Tatielle Carminatti (passando por Coronel Pilar) em direção à Linha Garibaldi até o Colonial e após Linha Rechts até a EMEF Santo Antônio.
11h45min	EMEF Santo Antônio até Linha Cruzeiro, casa de Luciana Saleri, seguindo em direção Harmonia Alta na casa de Tatielle Carminatti (passando por Coronel Pilar) em direção à Linha Garibaldi até o Colonial e após Linha Rechts até a EMEF Santo Antônio.
17h20min	EMEF Santo Antônio até Linha Cruzeiro, casa de Luciana Saleri, seguindo em direção Harmonia Alta na casa de Tatielle Carminatti (passando por Coronel Pilar) em direção à Linha Garibaldi até o Colonial e após Linha Rechts até a EMEF Santo Antônio.

Orçamento Detalhado

Distância Média Estimada por Mês:	1.539 Km	Percentual de ponderação para custos de difícil acesso:	10%
CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS	
1. Custos de capital e depreciação		1. Combustível	
Valor Médio estimado de Aquisição do Veículo:	120.000,00	Preço do litro do combustível	6,40
Valor Depreciação Anual - Método Linear	7,0% 8.400,00	Média de consumo - Regular	5% 7,00
Valor Depreciação Mensal (12 meses)	700,00	Média de consumo - Dif. Acesso	95% 6,30
Custo estimado de depreciação (Km rodado)	0,45	Custo ponderado estimado de combustível	1,01
2. Custos com pessoal (motorista)		2. Manutenção Mecânica do Veículo	
Salário base de motorista (categoria)	3.600,00	Estimativa de Custo Global Mensal c/ Man. - Regular	200,00
13º Salário (categoria)	300,00	Custo Estimado de Man. Mecânica - Regular	5% 200,00
1/3 de férias	99,00	Custo Estimado de Man. Mecânica - Dif. Acesso	95% 220,00
FGTS	8,0% 288,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica (mês)	219,00
CPP + RAT + Terceiros	28,8% 1.036,80	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,14
Custo estimado com despesas de pessoal (mês)	5.323,80	3. Pneus	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	3,46	Preço Estimado do Pneu Utilizado no Veículo	500,00
3. Despesas Administrativas/Operacionais/Tributárias		Custo Total com Troca de Pneus	8 4.000,00
Honorários Contábeis	300,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	50.000
Laudos Detran/Inmetro	20,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	5% 50.000
ISS	3,0% -	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Dif. Acesso	95% 45.000
IPVA Mensal	0,00	Vida Útil Ponderada Estimada para troca de Pneus	45.250
DPVAT/Seguro Obrigatório/Emissão CRLV	10,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,09
Custo estimado com Despesas Adm./Op./Trib. (mês)	330,00	SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	0,21	4,13	
SUBTOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (KM)		1,24	
TOTAL DE CUSTOS (FIXOS + VARIÁVEIS (KM))		5,37	
Margem de Lucro em Percentual		3,0%	
Alíquota de ISS (por fora - Sobre o Valor Bruto Faturado)		3,0%	
TOTAL A PAGAR POR KM RODADO		5,71	

Carlos Alexandre Lutterbeck
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ITINERÁRIO 06

Trajetos: Vale da Harmonia		Distância Estimada	
		Total:	49 Km
Capacidade <u>Mínima</u> do Veículo:	15 passageiros.	Regular:	30% 14,7 Km
		Difícil Acesso:	70% 34,3 Km
Escolas Atendidas:	EMEF Santo Antônio e EEEM 25 de Maio		

Horário	Itinerário
07h10min	Estrada Geral até a casa de Erick da Rosa. Volta e entra na Vale da Harmonia na casa da família Escobar, retorna e vai até casa no Capitel (na gruta), indo até a casa de Alexandre Möllmann e vai até a EMEF Santo Antônio.
11h30min	EMEF Santo Antônio, até a casa de Alexandre Möllman em seguida vai até a estrada geral e vai até casa de Erick da Rosa. Volta e entra na Vale da Harmonia até a antiga casa da família Escobar.
17h20min	EMEF Santo Antônio, até na casa de Alexandre Möllmann, vai até a casa de Arsídio Scapini, sobe na estrada ao lado do Capitel até a Vale da Harmonia e indo até a antiga casa da família Escobar.

Orçamento Detalhado

Distância Média Estimada por Mês:	931 Km	Percentual de ponderação para custos de difícil acesso:	10%
CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS	
1. Custos de capital e depreciação		1. Combustível	
Valor Médio estimado de Aquisição do Veículo:	70.000,00	Preço do litro do combustível	6,40
Valor Depreciação Anual - Método Linear	7,0% 4.900,00	Média de consumo - Regular	30% 7,00
Valor Depreciação Mensal (12 meses)	408,33	Média de consumo - Dif. Acesso	70% 6,30
Custo estimado de depreciação (Km rodado)	0,44	Custo ponderado estimado de combustível	0,98
2. Custos com pessoal (motorista)		2. Manutenção Mecânica do Veículo	
Salário base de motorista (categoria)	3.000,00	Estimativa de Custo Global Mensal c/ Man. - Regular	200,00
13º Salário (categoria)	250,00	Custo Estimado de Man. Mecânica - Regular	30% 200,00
1/3 de férias	82,50	Custo Estimado de Man. Mecânica - Dif. Acesso	70% 220,00
FGTS	8,0% 240,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica (mês)	214,00
CPP + RAT + Terceiros	28,8% 864,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,23
Custo estimado com despesas de pessoal (mês)	4.436,50	3. Pneus	
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	4,77	Preço Estimado do Pneu Utilizado no Veículo	400,00
3. Despesas Administrativas/Operacionais/Tributárias		Custo Total com Troca de Pneus	8 3.200,00
Honorários Contábeis	200,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	50.000
Laudos Detran/Inmetro	20,00	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Regular	30% 50.000
ISS	3,0% -	Vida Útil Estimada de Pneus (Km) - Dif. Acesso	70% 45.000
IPVA Mensal	0,00	Vida Útil Ponderada Estimada para troca de Pneus	46.500
DPVAT/Seguro Obrigatório/Emissão CRLV	10,00	Custo ponderado estimado de Man. Mecânica	0,07
Custo estimado com Despesas Adm./Op./Trib. (mês)	230,00		
Custo estimado com despesas de pessoal (Km rodado)	0,25		
SUBTOTAL DE CUSTOS FIXOS (KM)	5,45	SUBTOTAL DE CUSTOS VARIÁVEIS (KM)	1,28
TOTAL DE CUSTOS (FIXOS + VARIÁVEIS (KM))			6,73
Margem de Lucro em Percentual			3,0%
Alíquota de ISS (por fora - Sobre o Valor Bruto Faturado)			3,0%
TOTAL A PAGAR POR KM RODADO			7,16

Carlos Alexandre Lutterbeck
Secretário Municipal de Educação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO CONSOLIDADA

EDITAL Nº 0XX/202X – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/202X

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, no uso de suas atribuições legais, vem **DECLARAR** que:

- a) **CUMPRE** os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, na hipótese de o licitante estar enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso).
- b) **NÃO** emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- c) **ESTÁ** ciente de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) **NÃO** possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- e) **NÃO** possui no quadro servidor/agente público do órgão ou entidade contratante que possa configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.
- f) **NÃO** foi condenada judicialmente, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- g) **NÃO** possui qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
- h) **NÃO** possui em seu quadro societário, pessoa física que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- i) **NÃO** está cadastrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- j) **NÃO** está cadastrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
- k) **CUMPRE** as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- l) **SUA PROPOSTA** econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- m) **ESTÁ** ciente que a declaração falsa relativa à proposta de preços, às condições de participação e ao cumprimento de qualquer condição deste edital sujeitará o licitante às sanções previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2022 e nas demais cominações legais.

_____, _____ de _____ de _____
(Local de Data)

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
Nome do responsável/procurador
Nº do CPF



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
Nº XXX/202X

O MUNICÍPIO IMIGRANTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa e executiva na Rua Castelo Branco, nº 15, inscrita no CNPJ sob nº 92.454.776/0001-08, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal Sr. xxxxxxxxxx, brasileiro, neste ato simplesmente denominado CONTRATANTE e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nº xxxx, Bairro xxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, Estado do xxxxxxxx, CEP XX.XXX-XXX, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com Inscrição Estadual nº xxxxxxxx e Inscrição Municipal nº xxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do Edital n.º [...] – Pregão Eletrônico nº xxxx/2025 e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de [...], e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.130/2023, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para, conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DO PAGAMENTO

3.1. O prazo para a execução é de [...] meses, contados da ordem de início.

3.2. O objeto deverá ser entregue e/ou executado de acordo com previsto no edital e na proposta vencedora da licitação, nos locais definidos no Termo de Referência.

3.3. O prazo de vigência do contrato será de [...] meses, tendo como prazo inicial dia [...] e prazo final dia [...], podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O preço a ser pago pelo fornecimento e/ou prestação de serviços do objeto do presente contrato é de R\$ [...], conforme a proposta da CONTRATADA vencedora da licitação.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme Termo de Referência e cronograma físico-financeiro, mediante a entrega/execução do objeto, a apresentação de nota fiscal e aprovação da fiscalização do CONTRATANTE.

5.2. O pagamento correrá em até [...] dias úteis contados da apresentação da nota fiscal. Se o término desse prazo coincidir com dia não útil, considerar-se-á como vencimento o primeiro dia útil imediatamente posterior.

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
[...]

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

7.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO:

8.1. O valor relativo ao objeto contratado será reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, de xx/xx/xxxx, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo, conforme descrito no art. 25, §7º da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – PRORROGAÇÃO:

9.1. A prorrogação do contrato permitirá a renovação dos quantitativos inicialmente previstos.

9.2. Em caso de prorrogação, o valor relativo ao objeto registrado poderá ser reajustado conforme CLÁUSULA OITAVA – 8.1.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

10.1. O contrato permitirá aditivo de acréscimo ou supressão de 25% nos seus quantitativos inicialmente previstos, nos casos de obras, compras e serviços, e, no caso de reforma de edifícios ou equipamento, o limite do acréscimo será de 50%, conforme descrito no art. 125 da Lei Federal 14.133/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MATRIZ DE RISCO

11.1. Os ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação serão alocados nos termos do art. 103 da Lei 14.133/2021, a depender do objeto contratado, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12. São obrigações do CONTRATANTE:

12.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.

12.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

12.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto e/ou execução dos serviços não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

12.4. Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13. São obrigações da CONTRATADA:

13.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.

13.2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

13.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

13.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

13.5. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

13.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.

13.6. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas e/ou serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

13.7. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras do Decreto Municipal n.º 2.130/2023.

14.2. A gestão do contrato ficará a cargo [...].

14.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por [...] fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s).

14.4. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O objeto do presente contrato será recebido:

15.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 30 dias da entrega do objeto, pela CONTRATADA, mediante recibo.

15.1.2. Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais. O recebimento definitivo ocorrerá depois de transcorrido o prazo de 30 dias, no caso de compras; e 90 dias no caso de obras, conforme Decreto Municipal nº 2.130/2021 em seu art. 27.

15.2. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADES

16.1. As infrações decorrentes de irregularidades ocorridas durante a execução contratual terão as seguintes sanções:

I – recusar-se a prestar garantia contratual prevista no instrumento convocatório:

a) multa de 3% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

II - dar causa a inexecução parcial do contrato:

- a) multa de 4% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,2% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias;
- c) advertência.

III - dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo:

- a) multa de 6% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,4% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

IV - não atender as especificações técnicas relativas a materiais, serviços e/ou obras prevista no instrumento convocatório ou documento equivalente, ou ainda, alterar quantitativa ou qualitativamente a composição/substância dos objetos fornecidos:

- a) multa de 8% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 60 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 24 meses.

V - recusar o recebimento de empenho ou ensejar o retardamento da execução, paralisação ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

- a) multa de 10% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 75 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 30 meses.

VI - dar causa a inexecução total do contrato:

- a) multa de 12% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) multa moratória de 0,5% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço ao dia, limitado a 90 dias;
- c) impedimento de licitar ou contratar por 36 meses.

VII - quebrar sigilo, em contrato, de informações confidenciais sob qualquer forma:

- a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 36 meses.

VIII - descumprir os requisitos de habilitação ou as obrigações previstas e orçadas nos preços e/ou planilhas que compõe a proposta contratada, em especial, às verbas referentes às relações de trabalho com seus empregados e/ou prepostos:

- a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses.

IX - comportar-se de modo inidôneo:

- a) multa de 20% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 54 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

X - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato:

- a) multa de 25% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XI - praticar ato fraudulento, inclusive fraude fiscal, na execução do contrato:

- a) multa de 30% sobre o valor estimado do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra princípios da Administração Pública:

- a) multa de 15% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 60 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XIII - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra o patrimônio público:

- a) multa de 20% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

XIV - praticar atos lesivos a Administração Pública que atentem contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil:

- a) multa de 25% sobre o valor do contrato ou da ata de registro de preço;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 72 meses;
- c) comunicação ao Ministério Público para conhecimento dos fatos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO

17. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

17.1. A extinção do contrato poderá ser:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

17.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

17.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Teutônia/RS para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

18.2. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. São partes integrantes deste contrato o Estudo Técnico Preliminar e/ou Termo de Referência e Processo Licitatório nº xxxx.

Imigrante, xx de xxxxxxxxx de 2024.

Germano Stevens
Prefeito Municipal de Imigrante
CONTRATANTE

XXXX
Representante legal
CONTRATADA